

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais se estrutura em uma única área de concentração – Governança Global. Essa área é ampla o bastante para reunir os interesses de pesquisa dos docentes, como também para compreender a singularidade da formação de mestres e doutores na Universidade da capital federal, o centro do poder nacional. O vasto debate sobre a natureza da Governança Global (e mesmo se a governança global é possível) oferece amplas alternativas de conexão com os temas do governo nacional e da formulação e implantação da política externa, como também se abre para proporcionar possibilidades de compreensão das instituições, dos conflitos e das macrotendências que se consolidam em torno de questões abarcadas na leitura do que se denomina atualmente como os “desafios do Antropoceno”.

O conceito de Governança Global abrange os sentidos clássicos das subdivisões da disciplina de Relações Internacionais. Assim, os debates teóricos, os estudos de área, a análise de política externa, das instituições e dos regimes internacionais, a economia política internacional, as questões de segurança internacional, os desafios do regionalismo, entre outras, são questões compreendidas sob o sentido amplo da ideia estruturante de Governança Global.

A área de concentração estabelecida em torno da ideia de Governança Global permite um desdobramento eficiente das agendas de pesquisa em desenvolvimento, como também abre espaço para múltiplas e plausíveis escolhas futuras, tanto no que diz respeito à atração de novos professores, quanto às capacidades de orientação (portanto, de atração de candidatos suficientemente competitivos e interessados nessa abordagem específica da disciplina) e, claro, de novos esforços de cooperação internacional.

## LINHAS DE PESQUISA

Para além da área de concentração, o PPGRI possui três linhas de pesquisa, a saber:

- Política planetária e Antropoceno
- Interconexões globais, assimetrias e conflitos e
- Governo e Política Externa

As três linhas de pesquisa do PPGRI desdobram as múltiplas questões que surgem dos debates acerca da Governança Global. Diretamente conectadas com a problemática da Governança Global, as linhas do programa são suficientes para abranger os interesses de pesquisa da planta docente em atuação no PPGRI, além de oferecer uma desejável atualização dos esforços de formação empreendidos no mestrado e no doutorado. Do mesmo modo, o Programa é aberto o suficiente para atrair docentes de outros centros da UnB, como também de outras instituições de excelência no Brasil e no exterior.

Quando criada como disciplina universitária, as Relações Internacionais tiveram sua ontologia e epistemologia baseadas nas relações entre Estados soberanos e suas relações de poder, preocupadas inicialmente com as condições de possibilidade de guerra e paz. Assim, hegemonia, poder, ordem e sobrevivência tornaram-se conceitos-chave do período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, assim como da Guerra Fria, período marcado pelo imperativo de coexistência das potências nucleares que definiram a ordem bipolar.

Com o passar das últimas décadas, temas de economia e cooperação entraram na agenda da competição entre potências, e a agenda de pesquisa foi ampliada para temas diversos, como nova ordem econômica internacional, desenvolvimento, direitos humanos, meio ambiente, ONU, multilateralismo, novos atores, entre outros. Paradoxalmente, os debates teóricos ao longo do século XX tornaram-se mais complexos e menos interdisciplinares. Entretanto, o final da ordem de Yalta e Bretton Woods trouxe novas perspectivas de cooperação concernentes à expansão de fluxos de indivíduos, investimentos e informações.

Fenômenos como a globalização exigiram dos internacionalistas novos instrumentos de análise, tanto da história como da economia, do direito e da administração pública, entre outros. E desafios como a proliferação nuclear, epidemias como o HIV-AIDS e a instabilidade climática reforçaram a necessidade de análises mais sofisticadas entre as políticas domésticas, externas e internacionais. Atualmente, conceitos como “One Planet”, “One Health” e “Earth System Governance” trazem de volta para a agenda de pesquisa os desafios da ação coletiva para a construção de soluções globais e efetivas, talvez melhor traduzidos por “governança global da sustentabilidade” e Antropoceno.

O volume, a variedade e a velocidade (3V) das mudanças naturais e sociais catapultadas por possibilidades tecnológicas como big data e inteligência artificial desafiam a capacidade humana de compreensão dos fenômenos políticos em curso, haja vista a produção diária de petabytes de dados. A complexidade social aumentou a volatilidade, ambigüidade e incertezas para o futuro próximo. Neste sentido, o Antropoceno é o resultado de fenômenos emergentes, fatores interconectados em diversos níveis e estruturas dinâmicas. Escapam, progressivamente, das ferramentas analíticas tradicionais como hierarquia, fronteiras, linearidade, e até mesmo autoridade.

Com o rápido desenvolvimento do mundo digital, todas as relações de poder e a capacidade dos atores públicos de controlá-las podem ser desafiadas. Além dos questionamentos ontológicos e epistemológicos, resultantes do reconhecimento da existência de muitos mundos, que nos levam a questionar conceitos, teorias e a possibilidade de que produzam explicações e interpretações universais, ou seja, descontextualizadas no tempo e no espaço, há um desafio maior colocado pela transição para o Antropoceno e as políticas planetárias.

A governança global pode ser considerada como uma resposta teórica à complexidade dos problemas e riscos mencionados acima. Constitui um quadro analítico para a reforma de instituições, estruturas e processos, formais e informais, conectados a vários níveis e atores (poliocêntrica). Contudo, governança não é uma estrutura construída por meio de decisões coletivas, mas sim de um novo equilíbrio de poder ao final da era unipolar (Allison, 2018).

A área de concentração em Governança Global pode ser melhor compreendida por meio das linhas de pesquisa dela derivadas, conforme será visto a seguir.

#### [Linha de pesquisa: Política Planetária e Antropoceno \(PPA\)](#)

O Antropoceno sucede ao Holoceno e corresponde à nova época geológica marcada pela instabilidade sistêmica do Planeta Terra, engendrada e acelerada pela ação antrópica no século XX. A constatação da insustentabilidade dos modos de produção e consumo predominantes comprova riscos e desafios globais que se estendem da instabilidade climática ao desaparecimento de vida em diversas partes do Planeta, tanto terrestres como marinhas. Entre eles, eventos climáticos extremos, pandemias naturais ou criadas,

inteligência artificial não-alinhada e/ou usada como nova arma, cyberataques, gene drivers e bioterrorismo são exemplos da complexidade atual e do potencial tecnológico de disrupção de toda e qualquer ordem social. Os impactos sobre o planeta são cada vez mais alarmantes, comprovados cientificamente, porém também mais imprevisíveis em função da complexidade das dinâmicas planetárias e de suas interconexões.

Recursos e práticas cada vez mais sofisticados, como monitoramento por satélite, big data, geo-engenharia, inteligência artificial, biotecnologia e nanotecnologia, entre outros, oferecem soluções para os desafios e riscos mencionados, porém exigem um novo compromisso de todos com a gestão coletiva e com o uso das tecnologias disponíveis. Segundo o Global Risks Landscape do World Economic Forum de 2020, as duas principais categorias de riscos são a ambiental e tecnológica, e não mais a geopolítica ou econômica tradicionais. Apesar dos recursos de poder para a gestão mais sustentável dos recursos vivos e não-vivos, as instituições como Estados e mercados não foram capazes de assegurar a mudança comportamental necessária para que os limites planetários não sejam ultrapassados.

Neste sentido, para explicar e entender a política na escala planetária é preciso alargar os horizontes temporais e espaciais da pesquisa em RI, bem como o conceito de agência. Isso implica desafios ontológicos e epistemológicos. No Antropoceno, são necessários novos arranjos de governança para que a reflexividade ecológica seja integrada aos processos decisórios e reformas institucionais, em nome do interesse geral da humanidade e das gerações futuras. Adaptação, capacidade adaptativa e resiliência são os grandes desafios do que se convém chamar de governança do sistema Terra. Entretanto, as megatendências de difusão de poder, privatização, fragmentação institucional e política levaram ao contexto atual de crise do multilateralismo dentro e fora do sistema ONU, enfraquecimento da ordem ocidental liberal, violações ao direito internacional público e ameaças à dignidade humana.

As relações internacionais precisam ser repensadas, em diálogo constante com outros ramos da ciência, em termos de construção de respostas aos desafios criados pela própria humanidade para o seu único planeta. Esta governança do sistema Terra exige maior empenho da comunidade científica na comunicação e sensibilização dos tomadores de decisão dos níveis local ao global. Em outros termos, a grande questão é como usar toda a tecnologia disponível para políticas mais sustentáveis, efetivas e inclusivas, e com a máxima brevidade possível.

Professores vinculados à linha de pesquisa PPA

- [Ana Flávia Granja e Barros](#)
- [Cristina Yumie Aoki Inoue](#)
- [Eduardo Viola](#)
- [Vânia Carvalho Pinto](#)

Linha de pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos (IGAC)

O mundo contemporâneo é caracterizado por intensas interconexões econômicas, tecnológicas, sociais e culturais, que geram dependências mútuas, nem sempre simétricas. Esta interdependência complexa é alimentada por interações interestatais, entre sociedades e entre indivíduos via não só o mundo físico – por meio de, entre outros, o turismo, as migrações e os fluxos de refugiados – como também o virtual, alimentado pela expansão acelerada do cyberworld. Tal dimensão coexiste com disputas geopolíticas no

plano global e em diferentes contextos regionais, impulsionando dinâmicas estratégico-militares e a produção e comercialização de sistemas de armamentos cada vez mais sofisticados tecnologicamente projetando disputas em novos domínios, com destaque ao cibernético, ao espacial e às tecnologias disruptivas.

Estas novas interações (assim como os conflitos que delas decorrem) desafiam entendimentos tradicionais relativos ao que é segurança. Contudo, não é só a emergência de novos temas que expande as agendas e agências de pesquisa; velhos temas como a insegurança urbana adquirem novas dimensões em um mundo interconectado e digital. Mais do que um fenômeno local, a insegurança urbana (e principalmente nas capitais) deriva fortemente da sua localização em redes políticas, econômicas (e civilizacionais) mais amplas, e remete a redes transnacionais de crime organizado, terrorismo, narcotráfico, ou outros tipos de atividades criminosas.

A natureza assimétrica da sociedade internacional, assente na concepção de uma ética global comum, deve ser também explorada. O estabelecimento e a aceitação de standards de civilização ou de appropriateness, definidos e embutidos em rankings e índices internacionais, decidem quais estados detêm uma pertença qualificada à sociedade internacional. Na fronteira da assimetria de valores (e de estados), estão questões de organização política doméstica, a relação entre o estado e a sociedade, questões de gênero, relação entre ambiente e produção de energia, entre outras. No mundo daqueles que fazem o opting out desta ética global – os uncivilized – predomina o modus vivendi pautado pela ausência de status e pela gestão de estigmas. Como circundar os primeiros e ressignificar os segundos assume particular importância. De fato, questões como rejeitar a diferença ou “usá-la” como fonte de orgulho são fulcrais não só na definição do modus operandi desses estados e demais atores na sociedade internacional, como também na análise de questões mais amplas relacionadas à conformidade e à reprodução da sociedade internacional contemporânea.

Professores vinculados à linha de pesquisa IGAC

- [Alcides Costa Vaz](#)
- [Antonio Jorge Ramalho da Rocha](#)
- [Juliano da Silva Cortinhas](#)
- [Maria Helena de Castro Santos](#)
- [Roberto Goulart Menezes](#)

Linha de pesquisa: Governo e Política Externa (GPE)

O que significa governar num espaço político cada vez mais interconectado com atores que competem diretamente com a autoridade central, em que a gestão de riscos se torna ainda mais complexa? É fato que o financiamento e o controle das inovações tecnológicas por atores privados aumentam rapidamente tanto na pesquisa científica em geral como em setores de energia, saúde, informação e comunicação em particular.

Ampliou-se também o acesso a novas tecnologias para atores privilegiados, notadamente do setor privado. Conseqüentemente, o Estado perdeu não só o monopólio do uso da força, mas também da informação e socialização dos “seus” nacionais. Talvez tal monopólio só tenha existido na teoria, posto que o funcionamento dos Estados depende de variáveis endógenas e exógenas. De qualquer forma, em função do empoderamento de atores diversos, hard, soft e smartpower parecem cada vez mais indissociáveis.

Processos políticos como a construção de interesses e agendas nacionais escapam do controle de instituições tradicionais, como as chancelarias, haja vista a crescente colaboração de atores públicos e privados, tanto da sociedade civil como do mercado, bem como de atores subnacionais, como as cidades e estados, cujo exemplo emblemático é a Califórnia, a qual tem a oitava maior economia do mundo, ou São Paulo, no caso sul-americano.

Cresceu também a capacidade de Estados influenciarem a rotina política de outros (Sharp power) e de demais atores interferirem em processos decisórios com recursos de poder limitados, como no caso de hackers e mobilizadores de opinião pública e/ou de identidade. Neste sentido, para se analisar a política externa de um país, é necessário ter em mente os arranjos institucionais domésticos e externos, mas principalmente como eles interagem, ou não.

Professores vinculados à linha de pesquisa GPE

- [Antônio Carlos Lessa](#)
- [Danielly Silva Ramos](#)
- [Haroldo Ramanzini Júnior](#)
- [Henrique Altemani de Oliveira](#)
- [Norma Breda dos Santos](#)
- [Rogério de Souza Farias](#)